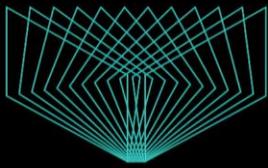


Projeto “Portugal Desigual”:

Fundação Francisco Manuel dos Santos apresenta nova edição de estudo sobre as desigualdades e pobreza em Portugal

- O estudo “Portugal Desigual”, da autoria de Carlos Farinha Rodrigues, iniciado em 2016, foi atualizado e fornece uma abrangente e robusta análise sobre as desigualdades de rendimentos e a pobreza no país;
- Pela primeira vez, inclui também um retrato da evolução da pobreza e da pobreza extrema em Portugal nos últimos 30 anos.
- O estudo, disponível em [formato digital interativo](#), tem cinco áreas que permitem perceber: [se a pobreza e as desigualdades estão a diminuir ou a agravar-se](#); a [evolução recente dos rendimentos familiares e dos principais indicadores de desigualdade](#); quais são os [grupos sociais mais vulneráveis](#); uma análise dos principais indicadores de [privação material das famílias portuguesas](#); e qual [o impacto das políticas públicas](#) na redução da pobreza e das desigualdades.
- Os dados revelam que a pobreza e a desigualdade voltaram a diminuir após a subida em 2022. Existem 1,8 milhões de pessoas no país em pobreza monetária e cerca de um quinto da população vive em pobreza ou exclusão social;
- O facto mais saliente dos resultados do inquérito é a descida da incidência da pobreza das crianças e jovens, que caiu para 17,8%, o valor mais baixo desde 2003.
- Em sentido contrário, verificou-se um forte agravamento da taxa de pobreza dos idosos, que subiu quatro pontos percentuais passando de 17,1% em 2022 para 21,1%, em 2023.
- Os indicadores de privação material e social mostram uma evolução positiva. Contudo, alguns dos indicadores mais sensíveis – como a existência de «Atrasos, motivados por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares» – subiram, um facto a que não será alheio o agravamento dos preços, em particular os da habitação;



- Persistem fatores de preocupação as elevadas taxas de pobreza das famílias monoparentais e das famílias com três e mais crianças, e a persistência de 9% de trabalhadores em situação de pobreza que revela disfunções no funcionamento do mercado de trabalho – quer estas resultem de baixos salários, de contratos precários ou da não valorização das qualificações dos trabalhadores.

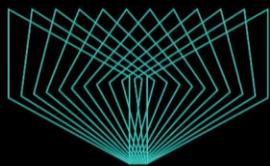


Em 2023, viviam em Portugal 1,8 milhões de pessoas com menos de 632 euros por mês.

Em 2016, a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) apresentou o projeto “Portugal Desigual”, da autoria de Carlos Farinha Rodrigues, economista do ISEG e especialista em pobreza e desigualdades, com o objetivo de diagnosticar a evolução das condições de vida da população portuguesa. Desde então, esta análise foi sendo atualizada com os dados disponíveis anualmente, sendo agora lançada a última atualização. Trata-se do mais abrangente e profundo retrato sobre as desigualdades e sobre a pobreza em Portugal, acessível através do [site](#) da FFMS.

Sobre a evolução dos indicadores de pobreza, desigualdade e exclusão social, e centrado-se nos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), realizado em 2024, o autor destaca que existem alguns sinais contraditórios, pois os dados refletem uma ligeira recuperação, mas esta recuperação não foi suficiente para compensar o aumento da incidência da pobreza, com a taxa de pobreza a manter-se nos 16,6%, acima dos 16,4% registados em 2022.

Em 2023, cerca de 1,8 milhões de residentes em Portugal encontravam-se em situação de pobreza monetária, ou seja, auferiam um rendimento mensal inferior a 632 euros, sendo que a intensidade da pobreza (que avalia quão pobres são os pobres) manteve-se praticamente inalterada (25,7%), acima dos 21,7% registados em 2021.



Apesar da evolução positiva em vários parâmetros, Carlos Farinha Rodrigues afirma que Portugal permanece como um dos países mais desiguais da UE – em 2022, era o quarto país mais desigual da UE –, e tinha, em 2024, um quinto da população, 2,1 milhões de pessoas (19,7% da população), em situação de pobreza ou exclusão social.



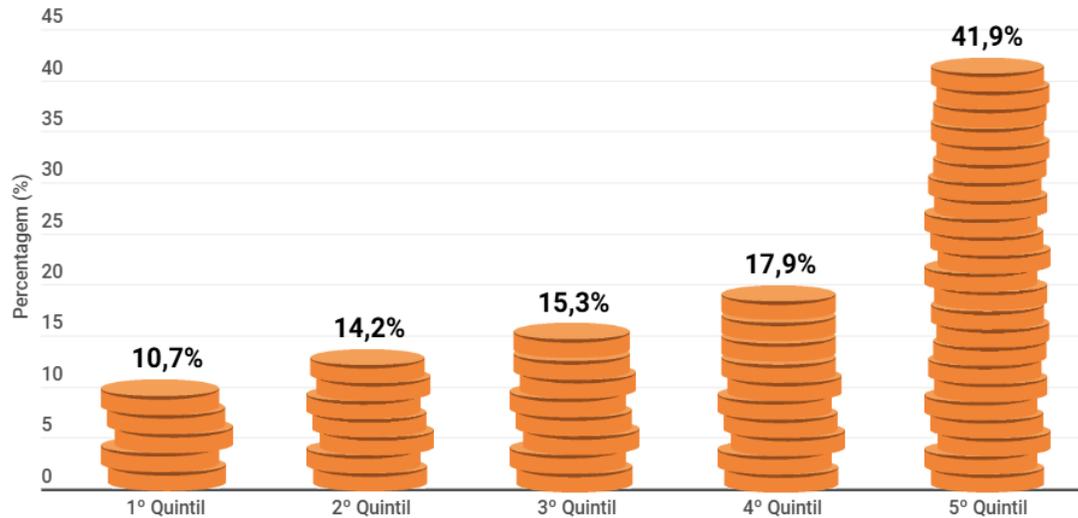
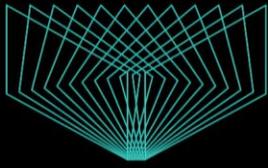
Na ausência de qualquer tipo de transferência social, a pobreza em Portugal seria de 40,3%.

O autor conclui ainda que a distribuição de todas as prestações sociais é desigual. Carlos Farinha Rodrigues baseia-se nos microdados do ICOR 2023, com a informação do rendimento referente ao ano anterior, para analisar os efeitos redistributivos das prestações sociais:

Em 2022, o total das prestações sociais representava 28,1% do rendimento equivalente das famílias. Destes, 23,7% correspondiam a pensões de velhice e de sobrevivência (a maioria das quais de natureza contributiva) enquanto 4,5% representava outros tipos de prestações sociais.

Analisando como o total das prestações sociais se distribui ao longo da escala de rendimentos (ver gráfico em baixo) é possível verificar que 41,9% dessas prestações se dirigia para o último quintil da distribuição (os 20% de maiores rendimentos) enquanto o primeiro quintil da população (os 20% de menores rendimentos onde se inclui a população em situação de pobreza) somente auferia 10,7% do total das prestações sociais.

A explicação desta distribuição profundamente assimétrica das prestações sociais reside em dois motivos: por um lado a importância que as pensões de velhice e de sobrevivência têm no total das prestações, por outro, no facto de as pensões contributivas mais elevadas geralmente estarem associadas à parte superior da distribuição dos rendimentos.



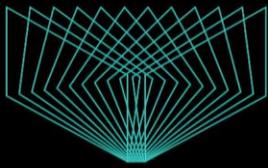
Fonte: INE ICOR 2023

Utilizando os dados publicados pelo Eurostat é possível verificar que, em 2022, o efeito redistributivo de todas as prestações sociais era na UE de 26,7 pontos percentuais enquanto em Portugal esse valor era de 24,8.

Se excluirmos as pensões de velhice e de sobrevivência a distância entre o nosso país e a média europeia era mais expressiva. Na UE, o impacto atenuador das transferências sociais (excluindo pensões) sobre a taxa de pobreza era de 8,6 pontos percentuais enquanto em Portugal era menos de metade (4,2 pp).

Mas há informação sobre as condições de vida da população que é complementar à obtida através dos indicadores de pobreza monetária: os treze indicadores de privação material e social.

Em 2024, os indicadores síntese de privação registam um ligeiro decréscimo. A taxa de privação material e social fixou-se nos 11% e a taxa de privação material e social severa nos 4,3%. Estes valores constituem os valores mais baixos da série iniciada em 2016.



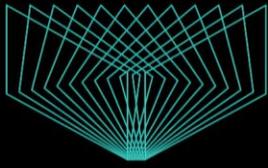
Entre os indicadores que traduzem uma situação de vulnerabilidade material e social mais elevada em 2024 destacam-se:

- 29,9% dos inquiridos dizem que não têm capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada de 591 euros por mês;
- 15,7% declaram não terem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida;
- 35,4% não têm capacidade para pagar uma semana de férias, por ano fora de casa:
- 36,2% dos indivíduos declara a impossibilidade de substituição do mobiliário usado.

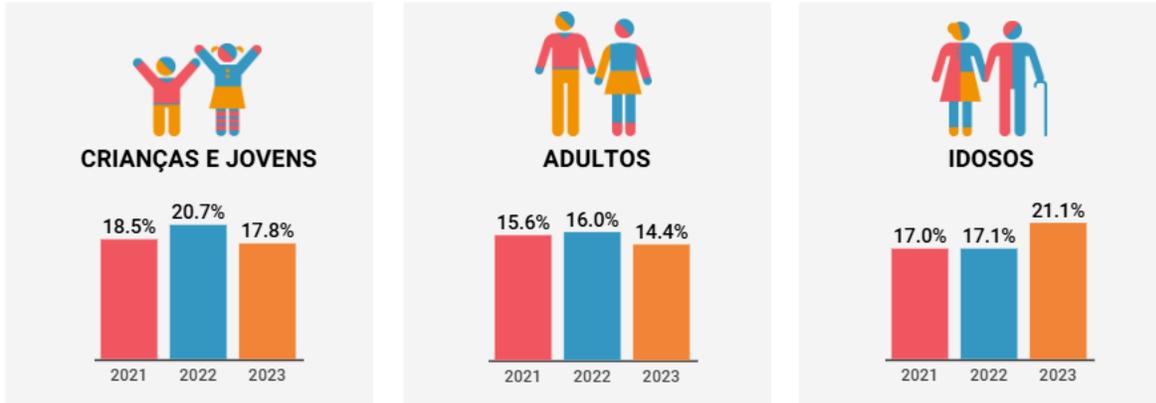
Não deixa, porém, de ser significativo que um dos poucos indicadores que registam um ligeiro aumento em 2024 seja precisamente o da existência de atrasos por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, traduzindo as dificuldades crescentes no acesso à habitação quer por via da subida das rendas ou das prestações da casa.

Olhando para o nível de desigualdade, medido pelo coeficiente de Gini, chega-se à conclusão de que o arquipélago dos Açores é a região com maior assimetria de distribuição de rendimentos (33,8%), cerca de 1,9 pontos percentuais acima da média nacional (31,9%). No continente, a região mais desigual é a Grande Lisboa com um coeficiente de Gini de 32,9%.

Olhando para os últimos 30 anos, conclui-se que houve uma alteração profunda no padrão da pobreza. Se nos primeiros anos a pobreza dos idosos era um dos principais fatores de preocupação, nos anos mais recentes é a incidência da pobreza nas crianças e jovens que predomina. A partir de 2007, a taxa de pobreza das crianças e jovens ultrapassou a dos idosos, exceto em 2023. Neste último ano, houve um agravamento da taxa de pobreza dos idosos para 21,1% (em 2022 tinha sido de 17,1%), o que, conforme refere Carlos Farinha Rodrigues, é “extremamente preocupante mesmo que, como salienta o INE, possa ser explicado pelas alterações na metodologia de cálculo das pensões de velhice no ICOR 2024”.



TAXA DE POBREZA POR ESCALÕES ETÁRIOS (2021-2023)



Fonte: INE, ICOR 2022-2024

Estas são apenas algumas conclusões de um diagnóstico que tem como objetivo dar a conhecer dados indispensáveis para uma discussão pública fundamentada sobre questões centrais para o país como a pobreza e as desigualdades.

Para esclarecimentos adicionais:

Manuel Louro | 918 881 124 | manuel.louro@jlma.pt

Maria João Soares | 914 237 487 | mjsoares@jlma.pt